

Perguntas dos Deputados – Comissão de Agricultura e Mar

Maurício Marques (PSD)

1. Os associados da CELPA têm desinvestido na floresta?

As empresas associadas da CELPA não desinvestiram na floresta, bem pelo contrário, pois, nos últimos 10 anos, arborizaram e rearborizaram 40 mil hectares de floresta, na sua maioria de eucalipto, com um aumento de 1,5%/ano da área intervencionada (3787 hectares em 2005 para 4326 em 2014), ao mesmo tempo que vêm investindo em todas as demais fases da cadeia de valor florestal, desde a investigação, à formação, inovação nas operações florestais ou prevenção e combate a incêndios, por forma a cuidar das suas florestas e a manter a sua competitividade. Ao mesmo tempo, vêm apoiando a produção florestal nacional através da partilha de práticas de referência e cedência de plantas certificadas resultantes dos seus programas de melhoramento genético, que asseguram maior produtividade ao produtor florestal.

2. Para manter esta indústria em plena laboração, qual é a previsão do aumento das importações (de madeira)?

Face à conjuntura atual e ao que se antevê no curto prazo, com imposição de entraves à cultura do eucalipto, não é expectável que o ritmo de importações de madeira de eucalipto abrande. Pelo contrário, e a serem concretizados os investimentos em fase avançada de estudo por algumas das suas associadas, a capacidade das unidades industriais será aumentada e maiores serão as suas necessidades de abastecimento de madeira. Paralelamente, outras indústrias vêm recorrendo crescentemente ao eucalipto, nomeadamente para produção de pellets, energia ou aglomerados, contribuindo para o agravamento do défice desta matéria-prima.

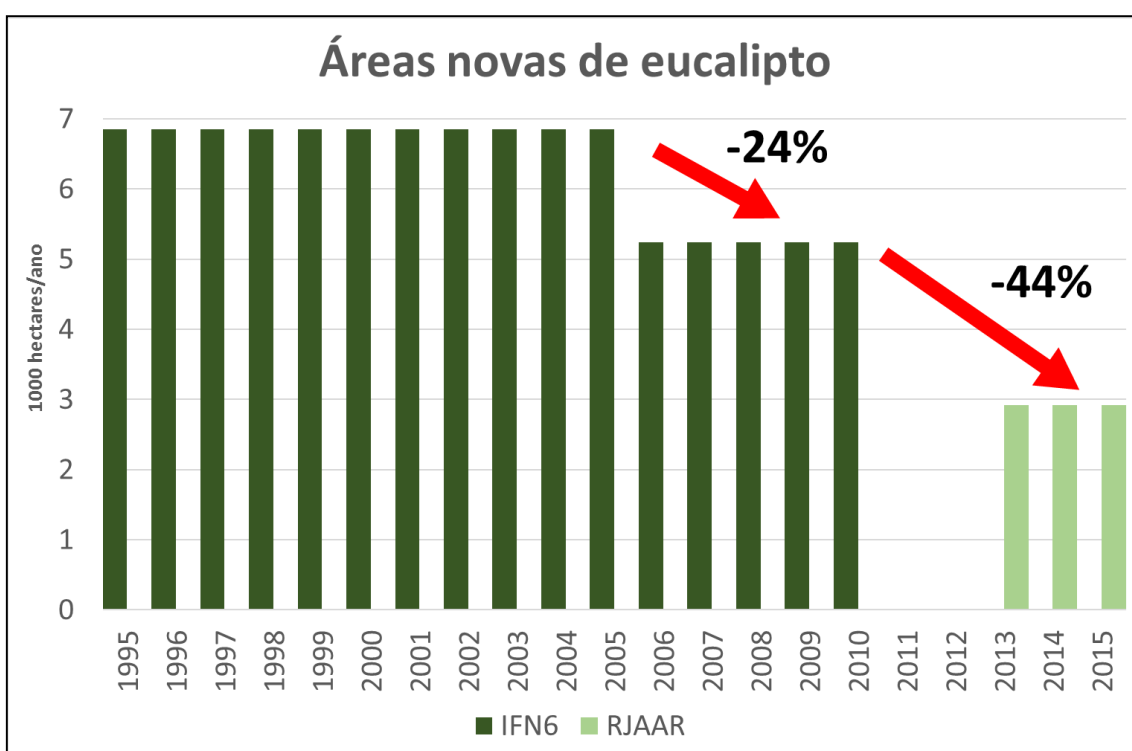
3. A CELPA já fez este termo de comparação, ou seja, com o antes do RJAAR qual foi o aumento da área florestada com eucalipto e qual está a ser agora depois da aplicação deste regime jurídico?

Antes do RJAAR, as fontes de informação são os inventários florestais nacionais mais recentes que mostram que a área total de eucalipto aumentou a um ritmo de 6852 hectares/ano entre 1995 e 2005 e, posteriormente, a um ritmo menor de 5236 hectares/ano entre 2005 e 2010. Que contrasta com a área de matos e incultos que cresceu 30.000 hectares por ano entre 1995 e 2010.

Mais recentemente, e uma vez que não existem dados de inventário posteriores a 2010, de acordo com a nota informativa do RJAAR de Julho de 2015, as intenções de instalação de novas áreas de eucalipto em áreas que estavam ocupadas por floresta, entre Outubro de 2013 e Junho de 2015 foram de 3318 hectares o que, extrapolando, origina um ritmo anual médio de 1896 hectares para 2013, 2014 e 2015

Adicionalmente, há que ter em conta as rearborizações com alteração de espécie nas quais o eucalipto foi interveniente. Assim, entre Outubro de 2013 e Junho de 2015, houve intenção de substituir 2587 hectares de outras espécies por eucalipto (1478 hectares/ano se extrapolarmos) e de 796 hectares de eucalipto por outras espécies (455 hectares/ano se extrapolarmos), com um balanço líquido de 1791 hectares a favor do eucalipto (1023 hectares/ano se extrapolarmos).

Ou seja, o RJAAR, que na ausência de dados de inventário fornece informação preciosa sobre as intenções de arborização e rearborização com todas as espécies florestais, mostra que o ritmo de instalação de novas áreas de eucalipto foi de 2920 hectares/ano, ou seja, cerca de metade do registado no período 2005-2010 (-44%), último para o qual há dados de inventário.



4. Quais são as outras espécies e quais são também as outras atividades que os associados da CELPA também têm em vista promover no desenvolvimento florestal?

As empresas associadas da CELPA são responsáveis pela gestão direta de 205,1 mil hectares, em propriedades próprias e arrendadas, o que corresponde a 2,3% do território nacional cuja gestão se encontra certificada pelos sistemas com maior reconhecimento a nível mundial.

Destes, 169,7 mil estavam ocupados com floresta, representando 5,4% da floresta nacional, o que torna as empresas associadas da CELPA nos maiores proprietários e produtores florestais nacionais. A floresta das empresas associadas da CELPA é

ocupada essencialmente por eucalipto (156 mil hectares), por pinheiro-bravo (7 mil hectares) e por sobreiro (7 mil hectares).

De facto, as empresas associadas da CELPA, como transformadores responsáveis de madeira, reconhecem ser da maior importância a Gestão Sustentável dos recursos florestais do país e encontram-se, desde o final da década de 90, ativamente envolvidas no estabelecimento de requisitos de Gestão Florestal Sustentável, na implementação de esquemas de certificação florestal e na comunicação da madeira nacional como uma matéria-prima de excelência.

Para além da gestão florestal, as empresas associadas da CELPA produzem plantas de qualidade certificadas de várias espécies florestais para arborização de áreas próprias e venda a terceiros, cuja produção se cifrou nos 14 milhões de plantas em 2014, incluindo várias espécies florestais autóctones como o pinheiro bravo, pinheiro manso, medronheiro, sobreiro ou azinheira, entre outras.

Anualmente, as empresas associadas da CELPA levam a cabo ações de silvicultura para prevenção de incêndios que consistem no controlo de vegetação, limpeza de caminhos e aceiros e manutenção e construção da rede viária e divisional, o que representa um encargo anual de cerca de 3 milhões de euros.

Desde 1987 que, para além dos meios próprios, as empresas associadas da CELPA contratam e coordenam meios terrestres e aéreos para o combate a incêndios que ameacem o seu património florestal, agindo em áreas próprias ou de outros proprietários vizinhos, em íntima colaboração com Autoridade Nacional de Proteção Civil. As empresas associadas da CELPA criaram, em 2002, um Agrupamento Complementar de Empresas denominado AFOCELCA, com o objetivo de gerir o combate aos incêndios florestais que ameacem o seu património. De resto, estas empresas, através da CELPA e da AFOCELCA, têm sido pioneiras, a nível nacional, na promoção de ações inovadoras ligadas ao combate de incêndios florestais.

Anualmente, as empresas associadas da CELPA realizam fortes investimentos nos seus programas de investigação e desenvolvimento florestal, em torno dos 4 milhões de euros. Os objetivos destes programas passam por promover a Gestão Florestal Sustentável, a qualidade da madeira para a produção de pasta para papel e a produtividade dos povoamentos de eucalipto, principalmente através do melhoramento genético, mas também da proteção contra pragas e doenças, da fertilização e nutrição e da eficiência das operações de exploração e transporte.

Finalmente, as empresas associadas da CELPA tomam a seu cargo a formação e sensibilização para o desempenho dos colaboradores com responsabilidades operacionais, estabelecendo anualmente planos de formação adequados às suas necessidades específicas. Estas ações não se restringem aos seus quadros próprios, estendendo-se a todos os prestadores de serviços, aos fornecedores de madeira e a técnicos das associações de produtores florestais, tendo em vista a melhoria da eficiência das operações, bem como o cumprimento das normas essenciais de segurança e de respeito pelo ambiente.

António Ventura (PSD)

5. No âmbito da CELPA, qual é que é o interesse por esta madeira (*Cryptomeria japonica*) a nível nacional, se tem havido consumo desta mesma madeira e se consideram que é uma fileira promissora nos Açores?

As empresas associadas de CELPA não utilizam madeira de criptoméria, embora reconheçam que esta espécie igualmente exótica, como o eucalipto, representa uma importante fileira para os Açores.

6. A CELPA tem abrangência nas Regiões Autónomas?

Neste momento não, embora se reconheça que existe potencial para produção de eucalipto, sobretudo para espécies de aptidão madeireira (serração) que importaria testar.

Hugo Costa (PS)

7. Que matérias é que o Governo para o vosso sector também poderá fazer para melhor internacionalizá-lo e a melhor competição internacional?

Serão seguramente várias as áreas de atuação, mas destacamos as medidas que visem o aumento de disponibilidade de matéria-prima de eucalipto, por aumento de área ou por aumento de produtividade, a certificação da gestão florestal e a redução dos custos de contexto.

8. As medidas anunciadas pelo PM no dia Internacional das Florestas vão no caminho certo?

No geral, e como oportunamente referimos, as medidas propostas pelo Governo são positivas com exceção da que preconiza a revogação do RJAAR, pelas razões expostas que reunimos no documento anexo e que apresentámos nesta Audiência.

Adicionalmente, propomos que sejam seguidas as propostas do estudo da AIFF “Uma Visão para o Sector Florestal”, que anexamos, e que constituem um contributo de extrema relevância para a floresta nacional, em especial para as fileiras do pinho, sobre e eucalipto.

9. A atual Estratégia Nacional para as Florestas pode ou não ser melhorada? Se sim, em que campo?

Em Maio de 2014, na consulta pública sobre a Estratégia Nacional para as Florestas, a CELPA afirmou que, apesar de considerar a existência de uma Estratégia Nacional para as Florestas uma mais-valia para todas as partes com interesse na floresta, no setor florestal e no desenvolvimento do País, o referido documento destaca em demasia os capítulos de diagnóstico, perdendo relevância a matéria relativa à própria estratégia e que o mesmo ficaria fortemente enriquecido com a inclusão de:

- uma visão nacional para a floresta;

- uma missão;
- o estado atual dos indicadores de realização dos objetivos;
- cenários reais de oferta e procura para as principais fileiras;
- a afirmação de que a floresta é privada e que a grande evolução que se pretende desenvolver depende, em primeira instância, da perceção dos seus interesses;
- a assunção de que se torna necessário vencer o desafio do aumento da produtividade.

Estas sugestões não foram consideradas no documento revisto.

De facto, a Estratégia Nacional para as Florestas, no seu diagnóstico da situação atual, não foca, com a importância devida, os sérios problemas que, hoje em dia, as fileiras florestais enfrentam e que comprometem a sua sustentabilidade, tais como a falta de matéria-prima, ausência de gestão florestal profissional e de certificação da gestão florestal e custos de contexto elevados.

O problema do minifúndio, não sendo exclusivo da floresta nem extensível a todo o território, representa um sério entrave à atividade florestal e que merecia, na revisão da ENF, mais atenção e destaque. É tempo de todos – Governo incluído – reconhecermos que este é, senão o principal, um dos principais problemas da floresta portuguesa (grande parte dos outros são dele consequência) e que a ENF deveria, pois, centrar-se, de forma prioritária, no modo de o resolver.

A ENF também não reflete, com a profundidade exigida, a tão necessária reestruturação estrutural da gestão florestal, com promoção de mecanismos eficazes de gestão agrupada e certificada e a criação de verdadeiros estímulos ao investimento.

A proposta para especializar o território continental português em dois tipos de áreas (produção lenhosa e gestão multifuncional), com base no conceito de vocação dominante, é interessante do ponto de vista teórico, mas de diminuta aplicação prática à escala macro de Portugal. De facto, à escala a que a proposta é apresentada, a área de produção lenhosa conflitua com as zonas do País onde habitam mais pessoas, deixando as áreas de gestão multifuncional, para a pastagem, caça e recreio, para as zonas onde poucas pessoas vivem. Assim, esta lógica, que tem méritos, deve ser pensada apenas a uma escala regional e local.

Na ENF não é feita qualquer referência ao facto de, em 2010, Portugal ter perto de 3 milhões de hectares de “Matos e Pastagens”, o que revela o abandono a que o mundo rural está votado, quando muita desta área não apresenta qualquer estatuto de proteção ambiental e possui um elevadíssimo potencial para a produção florestal. Este aspeto, aliás, reflete-se na falta de ambição que se demonstra na cenarização da ocupação florestal para 2013.

No âmbito da ENF seria importante identificar um terceiro desafio para além da redução de riscos e melhorar a competitividade que consiste em melhorar a aceitabilidade dos produtos florestais como produtos modernos, naturais e de

qualidade. A criação de condições para o desenvolvimento do sector passa pela valorização social da atividade florestal, dos seus produtos e profissões.

10. Que políticas ambientalmente sustentáveis são necessárias para a fileira?

Destacamos acima de tudo o fomento da certificação da gestão florestal, pois através da certificação se garante a defesa dos pilares ambiental, social e económico.

11. A nível das ZIF, o trabalho está a ser bem feito? É uma boa medida? Devem ser aumentadas? Devem ser patrocinadas ou se, pelo contrário, são modelos que não devem ser apostados?

A CELPA tem defendido que o modelo definido para as ZIF deve ser revisto no sentido de dotar estas entidades com uma formulação jurídica que lhes confira capacidade para assumir efetivamente a gestão das áreas dos seus aderentes.

12. Será que a aposta na biomassa pode trazer mais-valias económicas para as empresas do sector e que dificuldades apresentam as empresas que apostaram no sector das energias renováveis através da matéria-prima florestal?

A CELPA tem defendido, numa situação de escassez como a que se verifica entre nós, a utilização prioritária da madeira como matéria-prima na Indústria Transformadora. O processo de aproveitamento em cascata, reciclando até ao limite do viável, gera muito mais valor do que a sua queima imediata para a produção de energia.

As Indústrias associadas da Celpa são já o maior setor produtor nacional de "energia elétrica verde" a partir da biomassa florestal.

13. Que inovações é que está neste momento a indústria papelreira a fazer em Portugal para permitir que este setor continue a ser economicamente competitivo?

Desde o seu início no nosso país que esta indústria percebeu que teria de apostar de forma continuada na investigação e desenvolvimento (foi de resto a única indústria de base florestal a fazê-lo em Portugal) para conseguir aumentos de produtividade das plantações, encarando a produção florestal como um processo integrado que tem início muito antes do ato de plantar. Ao fim de alguns anos de investimento sólido, começaram a surgir os primeiros resultados visíveis: foi gerado conhecimento vertido em práticas sistematizadas de avaliação prévia dos solos (zonagem edafo-climática), foi gerada capacidade para diagnosticar as expectativas de produtividade de cada local, foram definidas práticas de preparação de terreno (menos intensivas e impactantes) apropriadas a cada condição de solo, desenvolveu-se uma fertilização "cirúrgica", visando manter ou mesmo melhorar a produtividade e a fertilidade do solo sem os inconvenientes das práticas agrícolas homólogas e aferiram-se os modelos de silvicultura adequados. Como corolário desta política de investimento na investigação, na área de melhoramento genético surgiu mais um excelente exemplo de inovação com a produção de semente melhorada e, sobretudo, com o domínio da técnica que permitiu a produção economicamente viável dos primeiros clones de eucalipto

glóbulos no mundo e que hoje permitem concretizar aumentos significativos de produtividade e homogeneidade das plantações, que estão, aliás, já disponíveis para os produtores.

Com o aumento de capacidade instalada e de consumo de madeira, face à crescente falta de mão-de-obra, mecanizaram-se as operações de corte e extração, incrementando significativamente a escala da exploração florestal e a produtividade das operações. Foram alterados métodos de trabalho, melhorou-se drasticamente a segurança dos trabalhadores, foi dada formação a muitos técnicos e conseguiram-se, por esta via, notáveis aumentos de produtividade das operações, aumentando assim a atratividade destas profissões para as novas gerações.

No domínio da gestão do risco do investimento surgiram também ideias inovadoras, com a necessidade de promover de forma eficaz a defesa da floresta dos incêndios ou das pragas e doenças. Depois de ter sido pioneira na introdução sistemática dos meios aéreos no combate aos incêndios florestais, identificaram-se e elegeram-se as vantagens dos vários tipos de helicópteros adequados às realidades portuguesas, criaram-se brigadas terrestres de primeira intervenção e brigadas heli transportadas, adotaram-se critérios de gestão de meios de combate em função do risco e do valor a defender, definiu-se o golpe único (rapidez e eficácia na intervenção), estabeleceram-se as práticas de uma silvicultura de prevenção e apostou-se no desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão. As pragas e doenças vêm sendo monitorizadas e preparado o seu combate, numa lógica de proteção integrada, recorrendo a inimigos naturais, à luta química compatível com o equilíbrio dos ecossistemas em presença, e a medidas preventivas ou material genético capaz de resistir aos seus efeitos.

A adesão aos processos de certificação florestal (FSC e PEFC) que exigiram a explicitação e a aplicação do maior rigor técnico na gestão, aos produtores florestais e aos prestadores de serviços, promoveu a integração de aspetos ambientais e sociais – e a associação dos agentes, em grupos – para submissão de planos de gestão florestal e de candidaturas à certificação. Passou, assim, a praticar-se uma gestão florestal assente em avaliações prévias de impactes ambientais e sociais, medidas mitigadoras e ações de conservação, demonstrando que são perfeitamente compatíveis os objetivos económicos, sociais e ambientais e que, no final, se contribui decisivamente para manter ou melhorar o estado de conservação de valores como o solo, os recursos hídricos, a diversidade biológica, a paisagem e os valores arqueológicos, históricos ou socioculturais. (Pena é que, neste domínio da certificação e dos benefícios por ela proporcionados, os produtores florestais privados não industriais não tenham podido corresponder ainda de forma significativa, como seria desejável).

Apesar de todo este percurso bem-sucedido e do potencial florestal do nosso país, esta indústria debate-se com sérios problemas estruturais de escassez de matéria-prima, além de que o seu custo é dos mais elevados a nível mundial. Falta de matéria-prima e custo elevado são assim os dois principais desafios futuros para esta fileira do eucalipto, dada a sua relevância na competitividade do setor.

A capacidade de inovação até aqui demonstrada seguramente permitirá continuar a desenvolver e disponibilizar à produção nacional novos materiais genéticos, novas técnicas de silvicultura e de exploração florestal, promovendo

novos ganhos de produtividade e respeitando as boas práticas florestais. A geração de conhecimentos e práticas operacionais no campo da proteção e a aposta na prevenção de riscos do investimento florestal, por certo continuarão a manter o risco do investimento florestal em níveis aceitáveis. Os desenvolvimentos no domínio da certificação irão continuar a reforçar e viabilizar a adoção de práticas de gestão florestal sustentável, harmonizando produção e valorização dos ecossistemas, com o respeito pelos valores sociais e culturais.

Além do notável percurso que acaba de se descrever no domínio florestal, importa referir que também no domínio da investigação e desenvolvimento tecnológico associado aos processos industriais se tem feito enorme progresso: na redução do consumo de água, de emissão de CO₂, na instalação de tecnologias que reduzem o consumo de energia elétrica, na poupança de produtos químicos processuais, na redução da carga dos efluentes, para enunciar os mais relevantes.

A procura permanente de características técnicas e funcionais diferenciadoras e inovadoras, associadas aos produtos finais, tem permitido a obtenção de quotas de mercado significativas, fidelização de clientes e prémios de preço para produtos *premium*.

14. As empresas que compõem a CELPA cumprem todas as normas a que estão obrigadas do ponto de vista ambiental? Porque é que, muitas vezes, as empresas do setor são acusadas de não cumprirem um conjunto de práticas ambientais?

O setor da Pasta e Papel está sujeito a um conjunto de obrigações muito exigente, traduzido pelas autoridades nacionais nas respetivas licenças ambientais que decorrem de Diretivas Europeias. O setor tem um histórico de realização continuada de investimentos muito significativos para implementar as BAT's (melhores tecnologias disponíveis) de forma a cumprir essas exigências. Os gestores, os técnicos, os operadores têm um fortíssimo sentido de responsabilidade na condução das operações, cujos resultados de emissões líquidas, gasosas, de gestão de resíduos, etc., são conhecidos das autoridades. As indústrias adotam uma prática de reporte voluntário de situações emergentes, ocasionais, não conformes.

É um setor altamente escrutinado e vigiado pelos organismos e sistemas de inspeção.

Com certeza que não é indiferente a presença de uma unidade industrial de produção de Pasta de Papel numa dada localidade. O importante é julgar os eventuais incómodos tendo presente os benefícios económicos e sociais e saber se tudo é feito, ao nível dos comportamentos da gestão e das tecnologias instaladas, para os minimizar, tornando aceitáveis esses impactes.

Carlos Matias (BE)

15. Se o RJAAR não favorece a plantação de eucalipto, porque é que a CELPA está preocupada com a sua revisão?

Esta pergunta assume, na prática, duas vertentes: a existência de um RJAAR e a plantação de eucaliptos.

Quanto ao RJAAR, que estabelece o princípio de aplicação das mesmas regras processuais para todas as espécies e permite que os proprietários tenham um mecanismo de registo das plantações de todas as espécies, a preocupação da CELPA resulta da ausência de informação pública sobre a evolução dos recursos florestais (fruto da falta de regularidade e frequência dos inventários florestais nacionais) e os riscos associados a essa ausência de informação. Quanto às plantações de eucalipto a preocupação da CELPA resulta da forma discricionária como o programa do Governo trata desta espécie. O eucalipto é a base fundamental da indústria papelreira em Portugal e é também a fonte de rendimento e de sustentação de grande parte dos agentes do território rural, com elevados riscos de desertificação, os produtores florestais.

Por outro lado, ainda quanto ao RJAAR, este instrumento possibilita que as plantações de todas as espécies sejam sujeitas a eventuais atos de acompanhamento e fiscalização, contribuindo para que todas as ações executadas por proprietários individuais, sobretudo as de menores dimensões, sejam feitas em pleno cumprimento da lei, independentemente de se tratar de comunicação prévia ou autorização prévia.

Os critérios de avaliação mantêm-se, pelo que a plantação de eucaliptos não é favorecida, mas também não é discriminada face às outras espécies, o que se teme que venha novamente a acontecer com a eventual revogação do RJAAR.

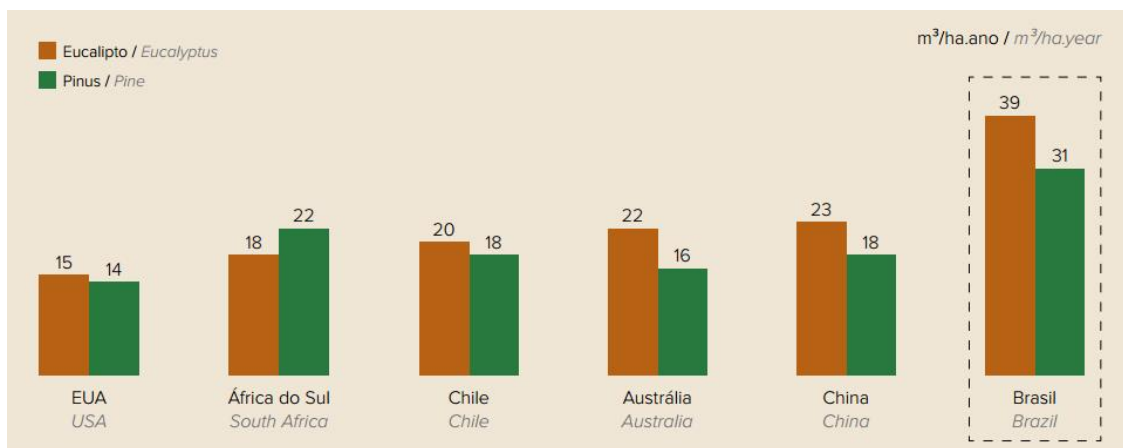
16. Quais são os dados que permitem afirmar que o RJAAR não favorece a plantação de eucaliptos, uma vez que os dados que conseguiu indiciam o contrário?

Vide resposta à questão 3. Para além da argumentação apresentada é importante questionarmo-nos sobre a motivação dos produtores florestais para investirem e afetarem o seu património à utilização florestal, e rentabilidade das diversas culturas. A opção de um proprietário para utilizar a espécie A ou a B, não resulta do RJAAR, como é evidente, mas sim do retorno e das perspetivas para a sua atividade. Pretender revogar este diploma com a argumentação de que favorece a plantação de eucalipto representa a assunção de um erro por ignorar as ambições, expectativas, direitos e responsabilidades dos produtores florestais.

17. Quais são os dados da produtividade da área plantada de eucalipto em Portugal, comparada com outros exemplos a nível internacional? E se é possível ou não é possível, aumentando a produtividade das áreas já existentes, aumentar a produção de massa para a produção de papel?

O eucaliptal nacional está localizado, maioritariamente, em zonas de boa aptidão para a espécie, mas a produzir cerca de 30% abaixo do seu potencial teórico. Para este facto contribuem a ausência de gestão, a sub-lotação e envelhecimento dos povoamentos, as pragas, as doenças e os fogos.

De facto, os 10 m³/ha/ano de produtividade média estimados para Portugal comparam com 18 na África do Sul, 20 no Chile e Galiza, 22 na Austrália e 39 m³/ha/ano no Brasil. Só que estas produtividades dizem respeito a espécies diferentes. Será como comparar produtividade do carvalho cerquinho com carvalhos do centro da Europa – espécies diferentes, solos diferentes e condições climáticas diferentes.



FONTE: IBÁ E POYRY (2014) / SOURCE: IBÁ AND POYRY (2014)

A baixa produtividade média nacional, e em especial desde 2010, tem feito com que a área atual ocupada por eucalipto não seja suficiente para alimentar a Indústria Papeleira, obrigando a importações anuais na ordem dos 2 milhões de m³ (≈ 200 milhões €).

No entanto, se compararmos os crescimentos do mesmo tipo de eucalipto (*Euc. globulus*) em Portugal e em outros países onde este tipo de eucalipto se cultiva, chegamos a diferenças menores.

Mas o nosso País tem um tremendo potencial florestal para aumentar a produção de madeira de eucalipto, quer através do incremento da produtividade das áreas já existentes quer através do aumento da área ocupada pela espécie. A melhoria da produtividade pode conseguir-se através da disseminação e utilização das melhores práticas de gestão e de silvicultura, do aumento da capacidade de operacionalização, da utilização de plantas provenientes de programas de melhoramento genético (e não manipulação genética) e do aumento da eficácia da prevenção e do combate aos agentes bióticos e abióticos. O aumento da área de eucalipto pode resultar da reconversão de áreas atualmente incultas ou ocupadas com matos, pois existem perto de 500 mil de hectares de matos em cotas inferiores a 400 metros, sem restrições ambientais, que poderão ser aproveitados.

Acontece que num País onde a floresta é associada a riscos elevados e 98% da qual está nas mãos de proprietários privados há, legitimamente, uma retração do investimento, quer ao nível da aplicação de boas práticas, quer ao nível da proteção da floresta contra agentes bióticos e abióticos. Assim, as soluções para o aumento da produtividade dos povoamentos de eucalipto precisam de concentração da gestão e dos consequentes ganhos de escala, associadas a estratégias articuladas e integradas de investigação, formação profissional e extensão florestal.

Tal como evidenciado no Estudo Prospetivo da AIFF, de Dezembro de 2013, existe uma "necessidade urgente de se inverterem as atuais tendências, criando condições que atraiam capital para o setor, em particular para a produção (o investimento florestal, dadas as suas características de retorno a longo prazo e elevado risco associado, é pouco atrativo), que promovam o aumento da produtividade dos povoamentos já instalados, contribuam para a existência de

novas áreas plantadas e reduzam o risco de incêndio e de ataques de pragas e/ou doenças dos espaços florestais, através do aumento da sua resiliência.”.

Com este objetivo em mente, a CELPA lançou, no passado dia 21 de Março (Dia Internacional das Florestas), o Projeto "Melhor Eucalipto" (<http://celpa.pt/melhoreucalipto/>) que irá desenvolver estratégias de comunicação e novas plataformas de partilha de informação, promovendo a difusão de boas práticas florestais através de uma linguagem simples e adequada. Desta forma, a CELPA espera contribuir para a melhoria da gestão operacional das plantações de eucalipto, tornando-as, por um lado, mais rentáveis e, por outro lado mais sustentáveis, acrescentando valor à fileira florestal nacional.